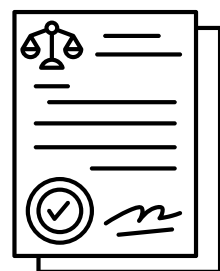


LICENCIAMENTO AMBIENTAL

EMPREENDIMENTOS COSTEIROS



O que é o Licenciamento Ambiental?



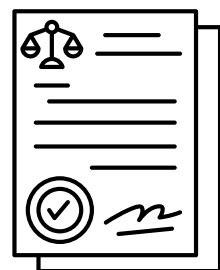
LEI FEDERAL Nº 6.938/81

Licenciamento Ambiental, o objetivo principal foi buscar equilibrar o desenvolvimento econômico e social com o meio ambiente.



LEI ESTADUAL Nº 14.249/2010

Dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências.



LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011

Fixa competências dos entes licenciadores



RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/97

Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

O que é o Licenciamento Ambiental?



IMPORTÂNCIA

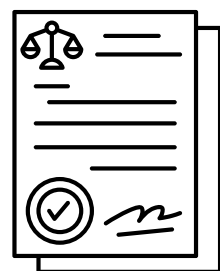
Instrumento diz respeito à busca por conciliar o desenvolvimento econômico com a manutenção e conservação dos recursos naturais.



BENEFÍCIOS

Deixar qualquer atividade legalizada do ponto de vista ambiental, prevenindo multas e penalizações, em caso de uma fiscalização. Além disso, garante a preservação do meio ambiente e seus recursos naturais.

Regulamentação na Zona Costeira



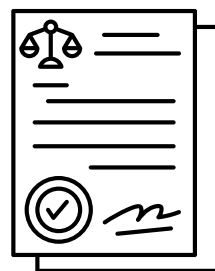
POLÍTICA NACIONAL GERENCIAMENTO COSTEIRO - PNGC LEI Nº 7661/88 E DECRETO 5300/2004

Diretrizes para o licenciamento ambiental em âmbito nacional.



POLÍTICA ESTADUAL DO GERENCIAMENTO COSTEIRO - PEGC LEI Nº 14258/2010 E DECRETO 5300/2004

Diretrizes para o licenciamento ambiental em Pernambuco.



ZONEAMENTO AMBIENTAL E TERRITORIAL DAS ATIVIDADES NÁUTICAS - DECRETO 50049/2021

Instrumento de gestão ambiental



ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COSTEIRO - ZEEC SUL - DECRETO 21972/99

Instrumento de planejamento territorial que visa promover o desenvolvimento sustentável

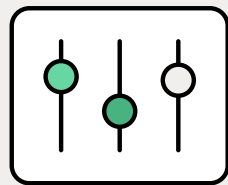


ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COSTEIRO - ZEEC NORTE - DECRETO 24017/2002

Instrumento de planejamento territorial que visa promover o desenvolvimento sustentável

COMPETÊNCIA

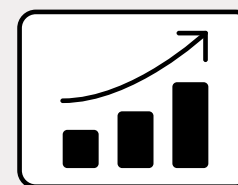
Lei Complementar N° 140/2011



MUNICIPAL

Atividades e
Empreendimentos de
Impacto Local

Res. Consema N° 01/2018

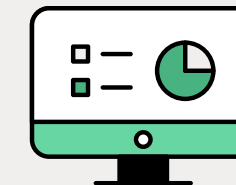


ESTADUAL

Atividades e
Empreendimentos que não
sejam de impacto local

Supressão de vegetação

UCs Estaduais



FEDERAL

Impactos em 2+ Estados

Terras Indígenas

UCs Federais

demais art.7°...

Todos podem Licenciar?

IMPORTANTE

Art. 7º Resolução Conama 237/97 - Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência.

Art. 13 da LC 140/2011: Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

Obs. Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

Órgão Ambiental Competente Municipal

Resolução CONSEMA N° 01/2018

Art. 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I – **licenciamento ambiental municipal:** o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar impacto ambiental local;

II – **impacto ambiental:** qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e/ou a qualidade dos recursos ambientais;

III – **impacto ambiental local:** todo e qualquer impacto ambiental direto que afete unicamente o território do município, não ultrapassando os seus limites territoriais;

Órgão Ambiental Competente Municipal

Resolução CONSEMA N° 01/2018

Art. 1º

IV – **órgão ambiental capacitado:** aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas, constantes na Lei Complementar n° 140/2011.

V – **conselho municipal de meio ambiente:** órgão colegiado, com caráter deliberativo, representativo da sociedade, com a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal nas questões relativas ao meio ambiente, na proteção e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

MUNICÍPIOS LICENCIADORES

De acordo com a Lei Complementar n.º 140/2011, os municípios poderão licenciar, desde que respeitem a Resolução CONSEMA n.º 01/2018, onde dispõe sobre as tipologias consideradas de impacto local para fins de licenciamento ambiental municipal.

- ✓ Agrestina
- ✓ Afrânio
- ✓ Araripina
- ✓ Belo Jardim
- ✓ Bonito
- ✓ Cabo de Santo Agostinho
- ✓ Cabrobó
- ✓ Caruaru
- ✓ Cedro
- ✓ Exu
- ✓ Garanhuns
- ✓ Goiana
- ✓ Granito

- ✓ Gravatá
- ✓ Igarassu
- ✓ Ipojuca
- ✓ Ipubi
- ✓ Jaboatão dos Guararapes
- ✓ Lagoa Grande
- ✓ Lajedo
- ✓ Nazaré da Mata
- ✓ Ouricuri
- ✓ Palmares
- ✓ Parnamirim
- ✓ Paulista
- ✓ Petrolândia

- ✓ Petrolina
- ✓ Recife
- ✓ Salgueiro
- ✓ Santa Cruz
- ✓ Santa Maria da Boa Vista
- ✓ São Bento do Uma
- ✓ São José da Coroa Grande
- ✓ São José do Egito
- ✓ Serra Talhada
- ✓ Serrita
- ✓ Vicência
- ✓ Vitória de Santo Antão
- ✓ Xexéu

Quando é exigido o licenciamento?

Empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental



Fundamentos Legais: Art. 10 da Lei 6.938/81, Art. 2, I da L.C 140/2011, art. 4º da Lei Estadual 14.249/2010 e Leis Municipais:

LICENÇA AMBIENTAL

O QUE É?

É ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Concedida para atividades de caráter temporário ou que não impliquem em instalações permanentes, desde que provoquem impacto ambiental de baixa significância. A Autorização é ato administrativo discricionário e precário mediante o qual a autoridade competente faculta ao administrado, em casos concretos, o exercício de determinada atividade.



LICENÇA AMBIENTAL



LICENÇA DE OPERAÇÃO	
Nº 03.24.09.007253-3	
VALIDADE 19/09/2026	
Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 007803/2021 expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).	
1 - Nº Empreendimento 00000040677	2 - Razão Social POUSADA TIMONEIRO LTDA
3 - Endereço CJ RESIDENCIAL FLORESTA NOVA, SN - VILA FLORESTA NOVA	
4 - Município Fernando de Noronha - PE	5 - CEP 53990000
6 - CNPJ / CPF 05.344.045/0001-05	7 - RG / Inscrição Estadual
8 - Caracterização do Empreendimento O empreendimento enquadra-se na Tipologia de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços, subtipologia Serviços de Hospedagem, código 6.12.1 - D do Anexo I, da Lei Estadual nº. 14.249/2010 e suas alterações, referente à Licença de Operação - L.O., cuja atividade consistirá na operação da Pousada Timoneiro e da residência da permissionária Mariângela Ulisses Pereira, sendo o imóvel assim discriminado: residência da permissionária com sala de estar e jantar, um quarto social, um banheiro, cozinha serviço e área de serviço; apoio da pousada com vestiário para funcionários; acesso a Pousada Timoneiro em deck vazado em madeira, piscina, circulação, bloco de apartamentos com um restaurante, cozinha, WC adaptado para portador de necessidade especiais (P.N.E.), 04 (quatro) suítes no térreo e 04 (quatro) suítes no pavimento superior com terraço, além de um ambiente para apoio com BWC apoio. com área construída total de 469,15m², cujo projeto aprovado pela ATDEFN (Ficha de Análise nº 036/2024) está localizado em um terreno com área total de 774,74m², na Alameda das Amendoeiras, 6B, Quadra D, Floresta Nova, Fernando de Noronha/PE. TPU para uso Misto nº 095/2002. Manifestação de ciência por parte do ICMBio conforme Ofício SEI nº 722/2024/GR-2/GABIN/ICMBio. O abastecimento d'água será realizado através da rede pública da COMPESA e os efluentes sanitários são encaminhados para a rede coletora pública de esgotos sanitários operada pela Compesa. Localizado no seguinte endereço: Alameda das Amendoeiras, 6B, Quadra D, sn, Floresta Nova, 53990000, Fernando de Noronha - PE.	
9 - Exigências 1. A presente licença autoriza a operação para fins COMERCIAL e RESIDENCIAL, conforme o Termo de Permissão de Uso Misto nº 095/2002, emitido pela Administração de Fernando de Noronha de acordo com a Lei Estadual nº 11.304/1995. A alteração do uso do imóvel para outros fins acarretará a REVOGAÇÃO automática desta licença e aplicação das penalidades previstas na legislação, em especial a Lei Estadual nº 14.249/2010; 2. Instalar projeto de autogeração (solar ou eólica) e fornecimento/ devolução quando tecnicamente possível, de pelo menos 70% do total consumido para a rede smart grid da Companhia Energética de Pernambuco (Neoenergia); 3. Destinar 20% do terreno ao plantio de vegetação arbórea nativa, como determina o TAC, além de todos os outros elementos isolados, como reservatórios de água inferior e superior, piscina, e as indicações dos condicionantes de sustentabilidade descritos no Plano de Manejo; 4. Instalar sistema hidrossanitário de reaproveitamento das águas pluviais, sistema de reciclagem de águas integrados, biodigestor ou tecnologias aprovadas pelos órgãos licenciadores para tratamento de efluentes domésticos; 5. Instalar sistema para reaproveitamento de água, com comprovação do percentual de captação/ armazenagem e reaproveitamento em função do número de leitos propostos no projeto.	
10 - Requisitos 1. Cumprir as diretrizes do Plano de manejo da área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - APA/FN; 2. A vegetação nativa é protegida por Lei Federal 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da ATDEFN; 3. Destinar 20% do terreno ao plantio de vegetação arbórea nativa, como determina o TAC, além de todos os outros elementos isolados, como	
12 - DATA EMISSÃO 19/09/2024	Pag. 1/2

CÓDIGO DE SEGURANÇA B19K26C

CONDICIONANTES

FINALIDADE



Estabelecer parâmetros concretos para mitigar os efeitos negativos dos empreendimentos/atividades humanas sobre o meio ambiente

ESTABELECIMENTO DAS EXIGÊNCIAS



O órgão ambiental competente quando da conclusão das etapas do licenciamento ambiental.

DEVER DO MONITORAMENTO



Cabe ao órgão/entidade ambiental competente monitorar periodicamente o cumprimento das condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

VISTORIA AMBIENTAL



Durante o procedimento de licenciamento ambiental, deve o órgão ambiental vistoriar “in loco” o empreendimento/atividade para certificar que as informações prestadas pelo empreendedor quando do requerimento do licenciamento corresponde com a realidade.

Modalidades de Licenças

1

Licença Prévia (LP)

Requerida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade. Nessa primeira fase do licenciamento, há a avaliação da localização e a concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases.



5 ANOS

2

Licença de Instalação (LI)

Segunda fase do licenciamento ambiental, concedida após a emissão da Licença Prévia, quando são analisados e aprovados os projetos executivos de empreendimentos e programas ambientais.

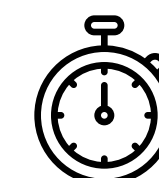


4 ANOS

3

Licença de Operação - (LO)

Fixa as condicionantes e autoriza o início do funcionamento do empreendimento/atividade. É concedida depois de atendidas as condições previstas nas licenças prévia e de instalação.



10 ANOS

4

Licença Simplificada (LS)

Concedida para localização, instalação e operação de empreendimentos ou atividades de pequeno potencial poluidor ou degradador conforme regulamentação.



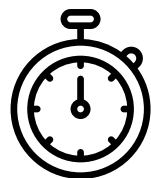
6 ANOS

Modalidades de Licenças

5

Regularização (REG)

Solicitada quando o empreendimento já se encontra em construção ou em funcionamento. Portanto, pode ser LP+LI, LI+LO ou LP+LI+LO.



1 A 10 ANOS

6

Autorização Ambiental (AA)

Autoriza, precária e discricionariamente, a execução de atividades que possam acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, que não impliquem impactos significativos.



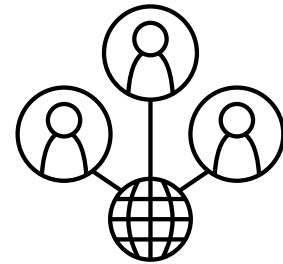
1 ANO

7

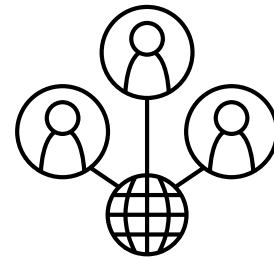
Consulta Prévia (CP)

Ato administrativo através do qual o órgão ambiental fornece as orientações iniciais para o empreendedor que pretende solicitar o licenciamento ambiental.

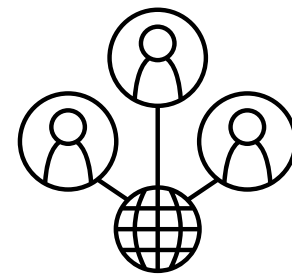
PRAZOS DE ANÁLISE



LICENCIAMENTO BAIXO POTENCIAL POLUIDOR 24 HORAS



LICENCIAMENTO TRIFÁSICO 90 DIAS



LICENCIAMENTO COM EIA/RIMA 12 MESES

LICENCIAMENTO AMBIENTAL NÃO VISA IMPEDIR O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES/EMPREENHIMENTOS PELOS PARTICULARES, MAS ADEQUÁ-LOS ÀS DEMANDAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

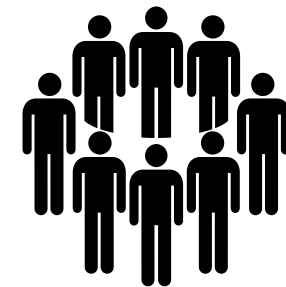


ÓRGÃOS INTERVENIENTES



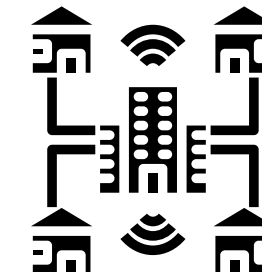
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Verificar se está dentro ou no entorno da UC.
Dependendo da categoria e de quem faz a gestão haverá procedimento específico.



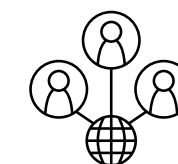
COMUNIDADES TRADICIONAIS

Verificar se está dentro ou no entorno de territórios indígenas e/ou quilombolas. Dependendo da localização, deverá ser ouvido o órgão responsável (FUNAI/INCRA)



OUTROS ÓRGÃOS

Dependendo da especificidade da localização, poderão ser consultados órgãos externos como Iphan, CONDEPE/FIDEM, SPU e etc...



PROCEDIMENTOS

Instrução Normativa nº 04/2024

Estabelece procedimentos administrativos de fluxo e análise de processos de licenciamento ambiental, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH.



Licenciamento de Atividades Costeiras

Assim, de acordo com a Lei Estadual nº14.249, de 17 de dezembro de 2010 , com alterações dada pela Lei Estadual nº 14.549, de 21 de dezembro de 2011, devem ser submetidos ao Licenciamento Ambiental empreendimentos:

- **Píers, Atracadouros e Marinas;**
- **Obras de Engenharia Costeira;**
- **Regeneração de Praias;**
- **Empreendimentos Urbanísticos e Imobiliários;**
- **Empreendimentos de Comércio e Serviço (Pousadas, hotéis, etc);**
- **Entre outros.**

ETAPAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LICENÇA PRÉVIA - LP

- Anuência Municipal quanto ao uso e ocupação do solo;
- Planta de situação georreferenciada;
- Manifestação do SPU (quando for o caso);
- Estudos Ambientais (Relatório de Controle Ambiental – RCA, EIA/RIMA, etc., conforme o caso);
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pelos projetos apresentados;
- Outros documentos conforme as características do projeto e de sua área de influência.

ETAPAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

- Anuência Municipal ou Alvará de Construção
- Memorial Descritivo;
- Projeto de Drenagem;
- Plano de Gestão da Qualidade Ambiental - PGQA;
- Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, quando foi o caso;
- Autorização de Supressão de Vegetação – ASV (caso necessário);
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos projetos apresentados;
- Carta de Viabilidade da concessionária de água e esgoto;
- Outros documentos conforme as características do projeto e de sua área de influência (EIA/RIMA, RAS, etc).

ETAPAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licença de Operação – LO

- Documentação Básica;
- Atendimento das condicionantes da LI.



OBRIGADO!

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH